

NEC Latin
America S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Aspectos econômicos e financeiros

A operação da NEC Latin America S.A. voltou a sentir os efeitos da prolongada crise econômica enfrentada pelo país. A despeito da tímida recuperação na economia, a Companhia sofreu nova queda em seu faturamento. A redução de 19% na receita operacional refletiu-se de forma direta nos resultados, fazendo o lucro de R\$ 1,4 milhão auferido, em 2016 na Controladora, reverter-se em um prejuízo de quase R\$ 28,8 milhões em 2017. Alguns itens extraordinários também contribuíram de forma substancial nesse resultado, sendo o principal a perda de quase R\$ 9,9 milhões referente ao impacto do pedido de recuperação judicial de um grande cliente.

As despesas financeiras líquidas apresentaram forte redução, fruto da nova estrutura de capital resultante do aporte de capital de R\$ 114 milhões e dois empréstimos de longo prazo obtidos junto a matriz ao final de 2016.

O resultado consolidado em 2017 apresenta o primeiro ano completo da nova controlada, a NEC Soluções de Segurança Cibernética S.A, antiga Arcon Informática S.A., adquirida no último trimestre de 2016. Com vendas brutas da controlada de R\$ 23,9 milhões, com prejuízo líquido de R\$ 3,2 milhões.

A conjuntura nacional

Após aproximadamente três anos do início da crise econômica brasileira, período no qual as finanças do País entraram em recessão, o mercado sinaliza uma possível retomada. Uma prova do fato seria o Banco Central ter atualizado suas projeções para o PIB no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado em dezembro de 2016. O crescimento projetado para 2017 - dado ainda não divulgado oficialmente pelo IBGE - é de 1,0%, diante dos -3,6% registrados em 2016.

De acordo com o Relatório de Mercado Focus, divulgado no final de janeiro de 2018, para o ano de 2018 a estimativa é ainda mais animadora, com o PIB podendo chegar a 2,6%, o que representa um crescimento de 5%. Com foco mais a longo prazo, as perspectivas do relatório são ainda mais animadoras, uma vez que a previsão para 2019 é de que o PIB alcance 3,00%, um pouco acima do que estava sendo calculado anteriormente, 2,99%.

Um aspecto muito importante para o desempenho econômico do País, o superávit comercial, tem previsões de crescimento para 2018. Segundo economistas do mercado financeiro, a expectativa é de que supere os US\$ 53 bilhões e chegue a US\$ 54,5 bilhões. Na estimativa do Banco Central, atualizada na Nota do Setor Externo, divulgada em dezembro, o saldo positivo de 2018 deve ficar em US\$ 59 bilhões.

Algo muito importante para a melhora dos números da economia é a entrada de investimentos no Brasil. De acordo com o Relatório Focus para 2019, espera-se que o volume de entradas de investimento direto seja de US\$ 80 bilhões.

Os números brasileiros, entretanto, não são todos positivos. O déficit primário nas contas do governo federal, em 2017, ficou em R\$ 124,4 bilhões, segundo o Tesouro Nacional. Isto significa que o resultado é o segundo pior da série histórica, iniciada em 1997. O valor ficou abaixo da meta do governo, que admitia saldo negativo de até R\$ 159 bilhões, e do déficit de R\$ 161,3 bilhões, em 2016. O rombo nas contas públicas significa que as despesas do governo federal em 2017 superaram as receitas com impostos e tributos em R\$ 124,4 bilhões, sem considerar os gastos com os juros da dívida pública.

O Banco Central, por meio do Relatório Focus, indicou, ainda, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a base de cálculo para a obtenção do total da inflação em um período, deve atingir 3,95% em 2018. Isto significa que a expectativa de inflação no período fique dentro da meta de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, ou seja, índice de 3% a 6%. Em 2017, conforme anunciou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a inflação em dezembro de 2017 foi de 0,44% e de 2,95% no acumulado do ano.

No Relatório Focus os economistas reduziram suas estimativas para a taxa básica de juros, a Selic, no fim de 2018 e no encerramento de 2019, para 6,50% e 8%, respectivamente. Na divulgação anterior, as medianas das projeções de médio prazo estavam em 6%.

O mercado das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação

Em meio a um cenário no qual o mercado ensaia uma retomada, o avanço da tecnologia nas telecomunicações foi o grande destaque. No que se refere à telefonia móvel, por exemplo, a rede 4G voltou a apresentar crescimento em 2017. Considera-se que a base de clientes tenha crescido 70,1% no ano passado, registrando o ingresso de 42,1 milhões de chips novos. Como resultado, no fim de 2017 os aparelhos com 4G representavam 43,2% do total em uso no País.

Segundo a Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações), as redes 4G atualmente operam em 3.823 municípios brasileiros, onde estão localizados 93% da população, ou seja, alcançaram 2.297 novos municípios ao longo de 2017. Esses números representam 102 milhões de acessos 4G, um crescimento de 70% no ano. Esse resultado se deu graças ao investimento das teles em busca do aumento da cobertura mediante à limpeza do espectro, que até 2014 era ocupado pelo sinal analógico da TV aberta e rádios AM e FM.

No que se refere à rede de banda larga fixa, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou em janeiro de 2018 dados indicando que os pequenos provedores lideraram o crescimento do acesso à Internet nesse segmento no Brasil, em 2017. De acordo com a agência, houve um crescimento de 7,15% nesse tipo de contrato no País, sendo que os provedores regionais foram responsáveis por 43,72%, com 1,28 milhão de novos acessos. A expectativa da Abranet - que representa pequenos e médios provedores - para 2018 é que o mercado cresça em torno de 10%, com destaque para a expansão da fibra ótica para novas cidades.

Quando se fala em inovação, IoT é uma das grandes apostas do mercado, assim como tecnologias de última geração, como a Inteligência Artificial, entre outras. A expectativa é que a aplicação do Plano Nacional de IoT, elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) cause um grande impacto ao longo de 2018. O documento apontou que os setores rurais, sustentados pelo agronegócio, e as indústrias de base possuem uma alta capacidade de desenvolvimento, uma vez que são responsáveis por grande parte do PIB nacional. Por isso, pode-se esperar a liberação de programas de investimento por parte do BNDES voltados à aplicação de IoT para a geração de novos negócios na área agrícola e nas indústrias de base.

Adiantando as tendências mais relevantes do mercado, a consultoria IDC divulgou em janeiro de 2018 que os gastos mundiais em soluções de *blockchain* chegarão a US\$ 2,1 bilhões no ano, número mais do que o dobro que os US\$ 945 milhões registrados em 2017. A previsão é que os investimentos cresçam em ritmo acelerado até 2021, com taxa de crescimento anual composta de 81,2%. O setor financeiro vai liderar a demanda, investindo US\$ 754 milhões em 2018, especialmente os bancos.

Destaques e perspectivas futuras

No segundo semestre de 2018, a NEC completa 50 anos de presença no Brasil. Com uma participação determinante na história das telecomunicações do País e sempre na vanguarda dos avanços tecnológicos, a Companhia chega a essa importante marca disponibilizando no mercado nacional soluções de ponta voltadas a diversos setores da economia, como Varejo, Finanças, Segurança, Governo e Telecom.

Essa atuação diversificada, resultado do investimento contínuo da Companhia em inovação, está alinhada aos princípios estabelecidos pela sua matriz, que tem como uma de suas diretrizes gerar valor à sociedade. A organização tem conseguido atingir esse objetivo no Brasil por meio do fornecimento de sistemas, tanto para a infraestrutura das comunicações móveis como para as áreas que causam impacto direto e positivo junto às comunidades, como é o caso da plataforma biométrica de reconhecimento facial, que traz inúmeros benefícios à segurança dos cidadãos.

Durante 2017, a NEC reforçou sua posição principal provedor de tecnologias com foco na segurança, uma vez que se diferencia no mercado pelo fato de deter as tecnologias mais sofisticadas do mundo no segmento de biometria digital e, também, contar com a atuação da NEC Soluções de Segurança Cibernética do Brasil S.A (antiga Arcon), Companhia de segurança cibernética adquirida pela organização em 2016. Ao longo do ano de 2017, a NEC ofereceu aos clientes um portfólio completo voltado ao setor.

O anúncio global da NEC ao mercado, afirmando a iniciativa da Companhia em reforçar sua estrutura organizacional de forma a apoiar o desenvolvimento e fornecimento de produtos que aceleram a Transformação Digital (DX), com a utilização da Inteligência Artificial (IA), da IoT (*Internet of Things*) e da TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), foi uma mensagem muito clara da Companhia de que essas ferramentas são estratégicas para o futuro de seu negócio no mundo. Esse planejamento inclui a expansão das equipes de especialistas e ainda mais investimentos em pesquisa.

No que se refere à Responsabilidade Social Corporativa e Governança, a Companhia continua cuidando com afinco de seus processos e controles internos, o que permite adequar as operações às recomendações das boas práticas de governança corporativa. Esses esforços também ajudam a garantir mais transparência e integridade de dados e de informações. A eficiência na busca de maior competitividade, bem como em soluções ecologicamente sustentáveis alinhadas com o conceito de *Green IT*, oferecendo sistemas de alto desempenho e baixo consumo energético, também são preocupações da Companhia diante da sociedade.

Agradecimentos

A Direção da Companhia expressa seus agradecimentos aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança que depositaram no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Aos funcionários, que tanto vêm contribuindo durante os últimos anos, e com especial esforço neste ano de desafios que foi o de 2017, a Direção agradece o profissionalismo e a dedicação demonstrados.

A Direção da Companhia agradece em especial à sua controladora NEC Corporation pela confiança e suporte dispensados.

São Paulo, 20 de Julho de 2018.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretoria da
NEC Latin America S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NEC Latin America S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de julho de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Catalina Satie Shikibu
Contadora CRC 1SP218752/O-4

NEC Latin America S.A.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Caixas e equivalentes de caixa	7	22.074	22.741	21.179	18.878	Empréstimo e Financiamentos	18	88.608	7.110	88.557	5.815
Outros investimentos		5	5	5	5	Fornecedores	19	110.057	116.678	105.082	114.130
Contas a receber	8	170.331	227.900	168.931	225.080	Arrendamento mercantil a pagar	9b	126	95	126	95
Arrendamento mercantil a receber	9a	3.549	3.342	3.549	3.342	Imposto renda e contribuição social	11c	1.579	-	-	-
Estoques	10	46.031	50.946	42.888	50.946	Impostos e contribuições sociais	11d	18.457	24.731	11.587	21.062
Imposto de renda e contribuição social	11a	10.649	9.920	4.555	7.878	Salários e férias a pagar		14.564	14.128	12.038	12.139
Impostos e contribuições a recuperar	11b	15.774	7.191	11.930	7.191	Adiantamento e créditos de clientes		907	1.835	769	1.600
Despesas antecipadas		21.871	21.386	19.457	14.314	Outras provisões	20c	3.203	3.863	3.203	3.863
Outros créditos		6.952	8.912	6.830	8.783	Outras contas a pagar		1.707	4.704	1.530	4.611
Total do ativo circulante		297.236	352.343	279.324	336.417	Total do passivo circulante		239.208	173.144	222.892	163.315
Contas a receber	8	27.954	8.749	27.954	8.749	Empréstimo e Financiamentos	18	49.377	117.872	40.765	117.765
Arrendamento mercantil a receber	9a	2.972	6.521	2.972	6.521	Arrendamento mercantil a pagar	9b	120	256	120	256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11a	921	114	-	-	Imposto renda e contribuição social	11c	3.066	-	-	-
Despesas antecipadas		3.431	-	-	-	Impostos e contribuições sociais	11d	1.191	9.700	-	-
Outros créditos		695	529	26	20	Provisão para contingências	20a	19.845	21.754	19.780	21.349
Depósitos Judiciais	12	19.401	18.060	19.401	18.000	Outras provisões	20c	5.902	6.063	5.902	6.063
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	21.678	21.678	21.678	21.678	Opção de compra futura de investimento	21c	10.443	10.443	10.443	10.443
Total do realizável a longo prazo		77.052	55.651	72.031	54.968	Total do passivo não circulante		89.944	166.088	77.010	155.876
Investimentos	15	-	-	36.678	40.936	Patrimônio líquido					
Imobilizado	16	13.696	17.420	11.383	14.430	Capital social	21a	328.282	328.282	328.282	328.282
Intangível	17	41.730	44.291	1.053	1.844	Prejuízos acumulados		(208.013)	(179.176)	(208.013)	(179.176)
Total do ativo não circulante		132.478	117.362	121.145	112.178	Ações em tesouraria	21b	(9.259)	(9.259)	(9.259)	(9.259)
						Reserva de Capital	21c	(10.443)	(10.443)	(10.443)	(10.443)
								100.567	129.404	100.567	129.404
						Participação dos Sócios não controladores	21d	(5)	1.069	-	-
						Total do patrimônio líquido		100.562	130.473	100.567	129.404
Total do ativo		429.714	469.705	400.469	448.595	Total do passivo e patrimônio líquido		429.714	469.705	400.469	448.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional	22	368,410	431,981	344,490	426,613
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(261,731)	(317,070)	(245,646)	(313,735)
Lucro bruto		106,679	114,911	98,844	112,878
Despesas de vendas	24	(15,781)	(9,044)	(15,781)	(9,044)
Despesas administrativas e gerais	26	(94,338)	(73,057)	(80,936)	(69,596)
Outras receitas	27a	4,863	4,430	4,534	2,384
Outras despesas	27b	(18,948)	(9,899)	(16,724)	(8,315)
(Prejuízo)/Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(17,525)	27,341	(10,063)	28,307
Receitas financeiras	28	13,559	30,929	8,860	30,642
Despesas financeiras	28	(28,365)	(57,905)	(26,026)	(57,755)
Resultado financeiro		(14,806)	(26,976)	(17,166)	(27,113)
Resultado da equivalência patrimonial		-	-	(3,220)	242
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(32,331)	365	(30,449)	1,436
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	-	(6,561)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	2,420	7,711	1,612	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(29,911)	1,515	(28,837)	1,436
Atribuível aos Controladores		(28,837)	1,436	-	-
Atribuível aos Não Controladores		(1,074)	79	-	-
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(29,911)	1,515	(28,837)	1,436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(29.911)	1.515	(28.837)	1.436
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente total		<u>(29.911)</u>	<u>1.515</u>	<u>(28.837)</u>	<u>1.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Consolidado							
	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Nota							
Saldos em 1º de janeiro de 2016	214.377	-	(180.612)	(9.259)	24.506	-	24.506
Aumento de Capital	21.a 113.905	-	-	-	113.905	-	113.905
Lucro líquido do exercício	-	-	1.436	-	1.436	79	1.515
Reserva para futuro aumento de investimento	21.c -	(10.443)	-	-	(10.443)	990	(9.453)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	328.282	(10.443)	(179.176)	(9.259)	129.404	1.069	130.473
Prejuízo do exercício	-	-	(28.837)	-	(28.837)	(1.074)	(29.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	328.282	(10.443)	(208.013)	(9.259)	100.567	(5)	100.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(29.911)	1.515	(28.837)	1.436
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	16/17	10.083	10.166	8.497	9.754
Provisão para perda de imobilizado	16	(576)	(784)	(576)	(784)
Baixa imobilizado e intangível	16/17	702	371	698	371
Variação cambial sobre Empréstimos	18	178	(27.294)	-	(27.294)
Juros sobre Empréstimos	18	15.571	10.666	15.174	10.666
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	(7)	(12.073)	(7)	(12.073)
Provisão para perda nos estoques	10	3.401	(9.361)	3.401	(9.361)
Provisão para contingências	20a	6.476	49	6.700	49
Resultado de equivalencia patrimonial		-	-	3.220	(242)
Amortização ágio		1.037	-	1.038	-
Juros sobre arrendamento mercantil a receber	9a	(1.036)	(1.245)	(1.036)	(1.245)
Ajuste a valor presente	8	6.686	-	6.686	-
Atualização monetária de impostos a recolher	11d	823	-	823	-
Ativo fiscal diferido	11a	(807)	-	-	-
Outras provisões		(821)	(2.789)	(821)	(2.789)
		11.799	(30.779)	14.960	(31.512)
Variações nos ativos (aumento)/redução					
Contas a receber de clientes	8	31.685	(17.110)	30.265	(20.243)
Arrendamento mercantil a receber	9a	4.378	2.102	4.378	2.102
Estoques	10	1.514	1.436	4.657	1.436
Impostos e contribuições a recuperar	11	(8.583)	3.147	(1.416)	4.676
Despesas antecipadas		(3.916)	9.972	(5.143)	11.640
Depósitos judiciais	12	(2.254)	17.871	(2.198)	17.880
Outros créditos		1.794	16.734	1.947	16.524
Variações nos passivos (aumento)/redução					
Fornecedores	19	(6.621)	(47.858)	(9.048)	(45.406)
Arredamento mercantil a pagar	9b	(105)	325	(105)	325
Impostos e contribuições a recolher	11c/11d	(15.606)	5.968	(10.298)	7.894
Imposto renda e contribuição social		6.152	-	-	-
Salários e férias a pagar		436	(1.144)	(101)	(662)
Outras contas a pagar		(2.997)	2.041	(3.081)	2.087
Adiantamentos e créditos de clientes		(928)	(2.215)	(831)	(2.209)
Caixa usado nas atividades operacionais		16.748	(39.510)	23.986	(35.468)
Imposto de renda e contribuição sociais pagos		(2.236)	-	-	-
Contingências pagas	20a	(7.472)	-	(7.472)	-
Juros pagos sobre empréstimos	18	(9.685)	(9.220)	(9.432)	(9.220)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(2.645)	(48.730)	7.082	(44.688)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Caixa líquido de abertura de investida		-	9.237	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	16/17	(4.961)	(7.857)	(4.781)	(6.338)
Investimentos		-	(2.962)	-	(2.964)
Investimentos ágio		-	(38.016)	-	(38.016)
Recebimento de empréstimos		-	528	-	-
Ativo financeiros disponíveis para venda		-	(3.876)	-	(3.876)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(4.961)	(42.946)	(4.781)	(51.194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de novos empréstimos	18	17.221	236.064	8.620	236.407
Amortização de empréstimos - principal	18	(10.282)	(242.393)	(8.620)	(242.393)
Aumento de capital		-	113.905	-	113.905
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		6.939	107.576	-	107.919
(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(667)	15.900	2.301	12.037
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	22.741	6.841	18.878	6.841
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	22.074	22.741	21.179	18.878
(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(667)	15.900	2.301	12.037
Transações que não movimentaram caixa					
Registro de put option contra reserva de capital		-	-	-	10.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (Network Operation Center) e SOC (Security Operation Center) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Cinema Digital, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

A Companhia tem desenvolvido "Soluções para a Sociedade", que promovem a segurança, a proteção, a eficiência e a equidade. Sob a mensagem corporativa "*Orchestrating a brighter world*" (Orquestrando um mundo mais brilhante), a NEC tem como objetivo ajudar a resolver uma ampla gama de temas desafiantes e criar novos valores sociais para o mundo de amanhã, que muda a cada momento.

Participa diretamente na companhia **NEC Soluções de Segurança Cibernética S.A.**, uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como objetivo social suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informática.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de Julho de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Classificação de arrendamento mercantil;
- **Nota 22** - Receita

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota 10** - Provisão de estoque para ajuste a valor de realização
- **Notas 16 e 17** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 16 e 17** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 20a** - Provisão para contingências
- **Nota 29** - Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais
- **Nota 30** - Mensuração de instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 30** - Instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

b. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) **Capital social**

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, a qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquida de quaisquer efeitos tributários, é reconhecida como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequenteemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Os detalhes das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritos na Nota 30 - Instrumentos financeiros.

c. **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2017	2016
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2017 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
 - Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
 - Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
 - O produto for técnica e comercialmente viável;
 - Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
 - A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamento financeiro (arrendador)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente aos clientes da Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um bem. Tais contratos são registrados como arrendamento mercantil a receber e reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, os pagamentos mínimos de arrendamento recebidos sob arrendamentos financeiros são alocados entre receitas financeiras e redução do ativo em aberto. As receitas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo.

h. Arrendamento financeiro (arrendatário)

No início do contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira e redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo montante igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

i. Arrendamento operacional

Os ativos mantidos sobre arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

m. Receita operacional

Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos ao comprador, da probabilidade dos benefícios econômicos e financeiros fluírem para a Companhia, dos custos associados e a possível devolução das mercadorias poderem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

p. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 01 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu 75% da empresa Arcon Informática S.A. (que teve sua razão social alterada para NEC Soluções Segurança Cibernética), prestadora de serviços de segurança cibernética, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia e suas controladas elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 30).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A Companhia realizou uma análise preliminar das normas mencionadas abaixo:

Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9. Não há impacto estimado na adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseado em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

- (ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*
A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. A Companhia não acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9, porém a Companhia ainda não concluiu os impactos estimados que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 trará em 1º de janeiro de 2018.

- (iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) *Divulgações*

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) *Transição*

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR;
- A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não
- mantidos para negociação como VJORA.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) *Transição*

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia.

(i) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações financeiras	19.430	14.328	18.891	11.507
Caixa e bancos	2.644	8.413	2.288	7.371
	22.074	22.741	21.179	18.878

Esses investimentos financeiros referem-se em sua totalidade a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 98% a 101% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2017 e 2016, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

8 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Circulante:				
No País	173.916	231.693	172.516	228.873
No Exterior	32	39	32	39
Partes relacionadas exterior (Nota 13)	246	38	246	38
Menos:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.863)	(3.870)	(3.863)	(3.870)
		227.900		
Total circulante	170.331	227.900	168.931	225.080
Não circulante:				
No País	34.640	8.749	34.640	8.749
Ajuste a valor presente	(6.686)	-	(6.686)	-
Total não circulante	27.954	8.749	27.954	8.749

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Diante do processo de recuperação judicial em curso do cliente Grupo OI, a Companhia reclassificou o valor a ser recebido a longo prazo para o grupo do ativo não circulante no montante de R\$ 22.557, bem como registrou o valor de R\$ 6.686 referente ao ajuste a valor presente, com taxa de desconto de 9%, e deságio de 10% - R\$ 3.248.

A Companhia efetuou durante o exercício de 2017, operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou coobrigação para instituições financeiras sendo:

Controladora						
2017			2016			
Valor de face	Valor recebido	Comissão	Valor de face	Valor recebido	Comissão	
37.121	36.475	646	128.160	126.278	1.882	

As comissões cobradas pelas instituições financeiras relacionadas às operações de cessão de crédito em 2017 variam em média 1,051% sobre o valor de face dos títulos em 2016 (1,349% em 2016).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 28.

Pelos acordos firmados, a Controladora cede e transfere a uma instituição financeira, sem direito de regresso ou coobrigação do cedente, os direitos sobre títulos a receber de seus clientes. Ao adquirir os títulos, a instituição financeira (Cessionário) assume todo o risco quanto ao recebimento dos valores junto aos clientes da Controladora no vencimento destes.

Os títulos cedidos, seus respectivos vencimentos e o valor de aquisição são descritos em cada contrato. A baixa dos títulos do contas a receber é efetuada concomitantemente ao recebimento pela Controladora, dos valores referentes a cessão de crédito. Quando do recebimento dos valores junto ao Cessionário, a Controladora dá quitação total aos títulos cedidos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na Nota 30.

9 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil financeiro para arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de venda ao final da vigência destes, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
60 (i)	12,14% a 14,40%	4.261	5.945	4.261	5.945
54 (i)	12,47% a 13,40%	1.198	1.985	1.198	1.985
48 (i)	12,47% a 13,39%	1.062	1.933	1.062	1.933
		<u>6.521</u>	<u>9.863</u>	<u>6.521</u>	<u>9.863</u>
	Circulante	<u>3.549</u>	<u>3.342</u>	<u>3.549</u>	<u>3.342</u>
	Não circulante	<u>2.972</u>	<u>6.521</u>	<u>2.972</u>	<u>6.521</u>

- (i) Contratos de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projeto, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo I-GPM até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2017, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 6.521.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores a receber decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos a seguir:

	Controladora		
2017	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	6.469	4.730	11.199
Juros	(2.920)	(1.758)	(4.678)
	3.549	2.972	6.521
	Controladora		
	Vencimento dos pagamentos futuros		
2016	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.382	7.380	11.762
Juros	(1.040)	(859)	(1.899)
	3.342	6.521	9.863

b. Arrendamento mercantil financeiro para arrendatário

A Companhia possui dois contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	Controladora e Consolidado	
						2017	2016
Notebooks	135	01-01 Convênio 0460	36	15,40%	nov/16	246	351
						246	351
					Circulante	126	95
					Não circulante	120	256

Contrato pós-fixado sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretroatável pelas partes, uma vez que os bens são comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil líquido dos equipamentos de informática adquiridos pelos contratos acima referidos e que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Companhia corresponde a R\$ 220, contabilizados em imobilizado em andamento, composto conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	2017		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	330	(110)	220
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	330	(110)	220

	Controladora e Consolidado		
	2016		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato DMS-3.2215/10-00	524	(524)	-
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	351	-	351
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	875	(524)	351

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

	Controladora e Consolidado		
	Vencimento dos pagamentos futuros		
2017	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	154	128	282
Juros	(28)	(8)	(36)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	126	120	246

	Controladora e Consolidado		
	Vencimento dos pagamentos futuros		
2016	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	154	282	436
Juros	(59)	(26)	(85)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	95	256	351

10 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Materiais para revenda:				
Nacionais	17.511	14.548	14.368	14.548
Importados	24.660	47.738	24.660	47.738
Adiantamento a fornecedores:				
Nacional	877	397	877	397
Importados	498	370	498	370
Importações em andamento	2.485	803	2.485	803
	46.031	50.946	42.888	50.946

Os saldos acima constam líquidos de provisão para ajuste ao valor de realização sobre matérias de revenda nacionais e importados, sendo em 2017 o valor correspondente de R\$ (16.311) (R\$ (12.910) em 2016).

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: provisão de 30% do valor contábil.
- Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: provisão de 50% do valor contábil.
- Itens sem movimentação há mais de 12 meses: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens danificados: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

11 Impostos e contribuições (ativo e passivo)

a. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	(i) 10.649	9.920	4.555	7.878
	r			
Total circulante	10.649	9.920	4.555	7.878

b. Impostos e contribuições a recuperar

		Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	(ii)	3.334	372	264	372
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”)	(iii)	945	860	945	860
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	(iv)	9.445	4.360	9.332	4.360
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(v)	1.336	1.518	1.332	1.518
Programa Integração Social (“PIS”)	(ii)	714	81	57	81
Total circulante		15.774	7.191	11.930	7.191
Provisão contingências		181	405	-	-
Prejuízo fiscal		2.530	-		
Outros		-	(70)		
Base de cálculo do ativo fiscal diferido		2.711	335	-	-
Alíquota		34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido		921	114	-	-
Total não circulante		921	114	-	-

- (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social - IRPJ/CSLL
O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.
- (ii) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS
O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.
- (iii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (v) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com O INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.
- (vi) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos - IRPJ/CSLL

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
IRRF de terceiros a recolher	951	-	-	-
CSLL parcelado	362	-	-	-
IRPJ parcelado	266	-	-	-
	1.579	-	-	-
Total circulante	1.579	-	-	-
IRPJ e CSL (parcelamento)	3.066	-	-	-
Total não circulante	3.066	-	-	-

d. Impostos e contribuições a recolher

		Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(i)	11.502	10.679	11.502	10.679
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13)	(i)	(8.729)	(8.246)	(8.729)	(8.246)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		2.328	6.116	2.328	6.116
PIS e COFINS sobre faturamento		8.849	4.309	2.090	3.553
ISSQN sobre faturamento		1.654	2.734	1.621	2.680
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) sobre faturamento		690	2.096	690	2.096
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		1.332	1.424	1.332	1.424
Inss a recolher Mp 563/12		60	64	-	4
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) sobre faturamento		548	2.835	547	2.437
Outros		223	2.720	206	319
		18.457	24.731	11.587	21.062
Total circulante		18.457	24.731	11.587	21.062
PIS e COFINS sobre faturamento (parcelamento)		1.190	1.397	-	-
Inss A Recolher Mp 563/12 (parcelamento)		-	79	-	-
ISS a recolher (parcelamento)		-	4.502	-	-
Total não circulante		1.190	9.700	-	-

- (i) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09
Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 “REFIS IV”. Em 2017, a Controladoria aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da redação original do art. 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da MP 783/2017, posteriormente convertida na Lei Federal 13.496/2017, aproveitando da possibilidade de quitação de processos administrativos elegíveis por meio do desembolso de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor consolidado do débito, e quitação do restante com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme quadro abaixo:

Processo	Imposto	Valor total dos processos	Pagamento de 7,5%	Desconto	Utilização de crédito fiscal	Saldo final
12466.002287/2008-80	II, IPI, PIS e COFINS (incidente sobre importação)	297	(22)	(128)	(147)	-
12466.002589/2008-58	II, IPI, PIS e COFINS (incidente sobre importação)	978	(73)	(418)	(487)	-
16643.000096/2010-61	CIDE	1.435	(107)	(811)	(517)	-
10880-919.114/2015-13	IRRF	248	(19)	(82)	(147)	-
10880-902.754/2011-52	SALDO NEGATIVO DE IRPJ	115	(9)	(53)	(53)	-
10880-944.331/2017-03	IRRF	405	(30)	(114)	(261)	-
		<u>3.478</u>	<u>(260)</u>	<u>(1.606)</u>	<u>(1.612)</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total dos depósitos judiciais realizados na Controladora corresponde a R\$ 24.386 (R\$ 23.406 em 2016). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 8.729 (R\$ 8.246 em 2016), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 15.657 (R\$ 15.160 em 2016), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 12.

Movimentação dos saldos

		Consolidado				
		2016	2017			
			Adições		Exclusão	
Processo	Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Recebimento	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	1.801	304	-	-	2.105
2002.61.19.003660-4	INSS	532	31	-	-	563
2002.61.19.003659-8	INSS	445	25	-	-	470
2001.61.19.003653-3	INSS	141	8	-	-	149
2001.61.19.003654-5	INSS	487	29	-	-	516
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	903	53	-	-	956
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.343	196	-	-	3.539
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.027	177	-	-	3.204
		<u>10.679</u>	<u>823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.502</u>

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 10,11% a.a. em 2017 (13,24% em 2016) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.331)	365	(30.449)	1.436
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	10.993	(124)	10.353	(488)
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	(4.021)	(5.261)	(3.825)	(5.602)
Outros itens: Ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(6.972)	6.535	(4.916)	6.090
Imposto de renda e contribuição social diferida constituída para compensação de tributos - REFIS	2.420	-	1.612	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.420	1.150	1.612	-
Alíquota efetiva	-7%	315%	-6%	0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

12 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	15.618	14.518	15.618	14.515
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	24.386	23.406	24.386	23.406
Processos previdenciários (i)	511	483	511	483
Processos trabalhistas	3.126	2.501	3.012	2.444
Processos cíveis	50	48	50	48
Total de depósitos judiciais	43.691	40.956	43.577	40.896
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>				
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(13.860)	(12.889)	(13.860)	(12.889)
Processos previdenciários	(511)	(483)	(511)	(483)
Processos trabalhistas	(1.790)	(1.278)	(1.076)	(1.278)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 21a) (i)	(15.561)	(14.650)	(15.447)	(14.650)
Depósitos Anistia - REFIS	(8.729)	(8.246)	(8.729)	(8.246)
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 12b) (ii)	(8.729)	(8.246)	(8.729)	(8.246)
Valores apresentados no ativo não circulante	19.401	18.060	19.401	18.000

- (i) Em 31 de dezembro de 2017 o valor de depósitos judiciais relacionados a processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis totalizava R\$ 16.129 (R\$ 17.490 em 2016). Deste montante, R\$ 15.447 (R\$ 14.650 em 2016) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 682 (R\$ 2.840 em 2016) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía R\$ 24.386 (R\$ 23.406 em 2016) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 8.729 (R\$ 8.246 em 2016). O saldo remanescente, de R\$ 15.657 (R\$ 15.160 em 2016), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado					
	2016		2017			
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	14.518	6.212	-	(5.109)	-	15.618
Processos tributários (Anistia - REFIS)	23.406	980	-	-	-	24.386
Processos previdenciários	483	28	-	-	-	511
Processos trabalhistas	2.501	933	(11)	(222)	(78)	3.126
Processos cíveis	48	60	(58)	-	-	50
Total de depósitos judiciais	40.956	8.213	(69)	(5.331)	(78)	43.691

	Controladora					
	2016		2017			
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	14.515	6.212	-	(5.109)	-	15.618
Processos tributários (Anistia - REFIS)	23.406	980	-	-	-	24.386
Processos previdenciários	483	28	-	-	-	511
Processos trabalhistas	2.444	879	(11)	(222)	(78)	3.012
Processos cíveis	48	60	(58)	-	-	50
Total de depósitos judiciais	40.896	8.159	(69)	(5.331)	(78)	43.577

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes (Nota 8)	246	38	246	38
Outros créditos	5.048	5.206	5.048	5.206
	5.294	5.244	5.294	5.244
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 19)	28.775	33.001	28.852	33.001
Empréstimos (Nota 18)	88.608	5.815	88.557	5.815
Outras contas a pagar	517	629	517	629
Adiantamentos e créditos de clientes	-	1.413	-	1.413
	117.900	40.858	117.926	40.858
Passivo não circulante				
Empréstimos (Nota 18)	40.765	117.765	40.765	117.765
	40.765	117.765	40.765	117.765
Resultado				
Receita operacional	2.449	228	2.449	228
Compras	34.521	31.800	35.773	31.800

Remuneração pessoas chave da Administração

Os honorários da Administração, conforme destacado em linha específica na demonstração de resultados, no montante total de R\$ 2.114 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.215 em 2016) incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado da Controladora estão demonstrados abaixo:

	2017									2016							
	Resultado		Ativo circulante			Passivo circulante				Passivo não circulante	Resultado		Ativo Circulante	Passivo Circulante			Passivo não circulante
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Estoque	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos	Adiantamentos créditos de clientes	Outras contas a pagar	Empréstimos	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes e Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos Outras contas a pagar	Adiantamentos créditos de clientes	Empréstimos
Controladora																	
NEC Corporation (Japão)	2.319	25.572	246	11.418	793	26.742	88.557	-	517	40.765	184	20.160	736	24.440	5.815	1.413	117.765
Outras partes relacionadas																	
NEC America, Inc. (EUA)	-	1.940	-	2.883	-	520	-	-	-	-	44	3.684	38	112	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.850	-	-	1.024	1.248	-	-	-	-	-	977	-	6.821	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	810	-	-	-	138	-	-	-	-	-	3.572	-	347	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	233	-	792	-	33	-	-	-	-	-	1.411	-	530	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	17	-	-	1.601	-	-	-	-	-	-	-	749	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	91	-	273	-	-	-	-	-	-	-	216	-	48	-	-	-
NEC Neva Communications System.	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	759	-	-	695	50	-	-	-	-	-	1.046	620	264	-	-	-
NEC Colombia	-	318	-	-	935	-	-	-	-	-	-	10	1.755	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	-	44	-	-	-	-	-	-	-	436	-	-	-
NEC Portugal - Telecomunicações e Sistemas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-
Nec Infrontia, Inc.	-	-	-	627	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global View S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.346	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	843	-	-	-	-	-	-	-	-	-	716	-	-	-	-	-
NEC Europe LTD.	-	88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nec Soluções de Segurança Cibernética do Brasil S.A	-	1.252	-	-	-	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>2.449</u>	<u>35.773</u>	<u>246</u>	<u>15.993</u>	<u>5.048</u>	<u>28.852</u>	<u>88.557</u>	<u>-</u>	<u>517</u>	<u>40.765</u>	<u>228</u>	<u>31.800</u>	<u>5.244</u>	<u>33.001</u>	<u>5.815</u>	<u>1.413</u>	<u>117.765</u>

14 Ativos financeiros mantidos para venda

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa. Esses instrumentos patrimoniais são mantidos a custo pois não possuem um preço de mercado cotado em um mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido.

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
NEC Argentina S.A.	18.807	5.651	18.807	5.651
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	963	963	963	963
Provisão para perda no valor recuperável:				
Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	102	102	102	102
Global View S.A	-	13.156	-	13.156
Total	21.678	21.678	21.678	21.678

Movimentação dos saldos

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Controladora			
			2016	2017		Saldo Final
			Saldo Inicial	Adições	Exclusões	
Nec Argentina S.A.	6.668.625	4,70%	5.651	13.156	-	18.807
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	-	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	-	-	102
Global View S.A	750.000	15%	13.156	-	(13.156)	-
Total			21.678	13.156	(13.156)	21.678

15 Investimentos

	Controladora	
	2017	2016
<i>Investimentos:</i>		
NEC Soluções Segurança Cibernética	(14)	3.206
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	36.692	37.730
Total investimentos	36.678	40.936

Movimentação dos saldos

	Controladora						
	2016			2017			
	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Saldo Inicial	Adições	Amortização mais valia	Resultado de equivalencia patrimonial	Saldo Final
Outros investimentos							
NEC Soluções Segurança Cibernética	738.033	75%	3.206	-	-	(3.220)	(14)
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio			28.700	664	-	-	29.364
NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificáveis			9.030	-	(1.702)	-	7.328
Datavia	99.998	100%	94	-	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	-	(94)
Total investimentos			40.936	664	(1.702)	(3.220)	36.678

16 Imobilizado

Consolidado

Custo	Benfeitorias		Máquinas e equipamentos (i)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Equipamento de Acesso de Sistema de comunicação	Arrendamento mercantil equipamentos informática Nota 9b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (j)	Total
	Instalações	bens de terceiros										
01 de janeiro de 2016	3.151	4.465	73.948	2.306	4.573	825	11.497	-	694	666	(2.527)	99.598
Aquisição de controlada	1.026	-	2	-	699	-	4.745	92	-	-	-	6.564
Adições	-	-	-	-	-	-	1.518	-	-	5.259	-	6.777
Transferências	(39)	-	(2.158)	(383)	(1.095)	(172)	(2.859)	-	(172)	-	-	(6.878)
Baixas	3	207	4.248	51	79	-	223	-	-	(4.811)	784	784
31 de dezembro de 2016	4.141	4.672	76.040	1.974	4.256	653	15.124	92	522	1.114	(1.743)	106.845
Adições	-	-	-	-	-	-	108	-	-	4.517	-	4.625
Transferências	(639)	(1.138)	(5.590)	(778)	(513)	-	(1.074)	-	-	-	-	(9.732)
Baixas	-	47	4.033	173	13	-	41	-	332	(4.639)	576	576
31 de dezembro de 2017	3.502	3.581	74.483	1.369	3.756	653	14.199	92	854	992	(1.167)	102.314
Depreciação												
01 de janeiro de 2016	(2.104)	(3.505)	(59.455)	(2.173)	(3.787)	(670)	(10.227)	-	(686)	-	-	(82.607)
Aquisição de controlada	(468)	-	(1)	-	(412)	-	(3.949)	(61)	-	-	-	(4.891)
Adições	(405)	(384)	(6.581)	(102)	(216)	(77)	(657)	(2)	(10)	-	-	(8.434)
Baixas	39	-	1.942	383	995	172	2.804	-	172	-	-	6.507
31 de dezembro de 2016	(2.938)	(3.889)	(64.095)	(1.892)	(3.420)	(575)	(12.029)	(63)	(524)	-	-	(89.425)
Adições	(319)	(385)	(5.877)	(123)	(298)	(54)	(1.049)	(8)	(110)	-	-	(8.223)
Baixas	513	608	5.558	779	509	-	1.063	-	-	-	-	9.030
31 de dezembro de 2017	(2.744)	(3.666)	(64.414)	(1.236)	(3.209)	(629)	(12.015)	(71)	(634)	-	-	(88.618)
Valor líquido contábil:												
31 de dezembro de 2016	1.203	783	11.945	82	836	78	3.095	29	(2)	1.114	(1.743)	17.420
31 de dezembro de 2017	758	(85)	10.069	133	547	24	2.184	21	220	992	(1.167)	13.696

Controladora

Custo	Instalações	Benfeitorias bens de terceiros	Máquinas e equipamentos (ii)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Arrendamento mercantil equipamentos informática Nota 9b)	Imobilização em andamento	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Total
01 de janeiro de 2016	3.151	4.465	73.948	2.306	4.573	825	11.497	694	666	(2.527)	99.598
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	5.259	-	5.259
Transferências	(39)	-	(2.158)	(383)	(1.095)	(172)	(2.859)	(172)	-	-	(6.878)
Baixas	3	207	4.248	51	79	-	223	-	(4.811)	784	784
31 de dezembro de 2016	3.115	4.672	76.038	1.974	3.557	653	8.861	522	1.114	(1.743)	98.763
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.517	-	4.517
Transferências	(639)	(1.138)	(5.590)	(778)	(513)	-	(979)	-	-	-	(9.637)
Baixas	-	47	4.033	173	13	-	41	332	(4.639)	576	576
31 de dezembro de 2017	2.476	3.581	74.481	1.369	3.057	653	7.923	854	992	(1.167)	94.219
Depreciação											
01 de janeiro de 2016	(2.104)	(3.505)	(59.455)	(2.173)	(3.787)	(670)	(10.227)	(686)	-	-	(82.607)
Adições	(381)	(384)	(6.581)	(102)	(200)	(77)	(498)	(10)	-	-	(8.233)
Baixas	39	-	1.942	383	995	172	2.804	172	-	-	6.507
31 de dezembro de 2016	(2.446)	(3.889)	(64.094)	(1.892)	(2.992)	(575)	(7.921)	(524)	-	-	(84.333)
Adições	(221)	(385)	(5.877)	(123)	(234)	(54)	(438)	(110)	-	-	(7.442)
Baixas	513	608	5.558	779	509	-	972	-	-	-	8.939
31 de dezembro de 2017	(2.154)	(3.666)	(64.413)	(1.236)	(2.717)	(629)	(7.387)	(634)	-	-	(82.836)
Valor líquido contábil:											
31 de dezembro de 2016	669	783	11.944	82	565	78	940	(2)	1.114	(1.743)	14.430
31 de dezembro de 2017	322	(85)	10.068	133	340	24	536	220	992	(1.167)	11.383

- (i) O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017 inclui provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.167 (1.743 em 2016), contabilizado no exercício de 2010, relativos aos projetos NGN e SOC-MSS. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou avaliação para verificação da necessidade de aumento ou redução no valor de provisão para valor recuperável e não se identificou tal necessidade.
- (i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

17 Intangível

Consolidado

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	Gastos com softwares (b)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Gastos Pré-operacionais-incorp. Blue Ocean	Agio - Software desenvolvido internamente	Agio - Relacionamento com clientes	Goodwill	Provisão redução ao valor recuperável	Total
01 de janeiro de 2016	31.424	23.041	-	-	-	-	-	(24.875)	29.590
Aquisição controlada	-	8.732	-	130	-	-	-	-	8.862
Adições	-	-	1.080	-	769	8.547	28.700	-	39.096
Transferências	-	1.060	(1.060)	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2016	31.424	32.833	20	130	769	8.547	28.700	(24.875)	77.548
Adições	-	72	264	-	-	-	-	-	336
Transferências	-	213	(213)	-	-	(664)	664	-	-
31 de dezembro de 2017	31.424	33.118	71	130	769	7.883	29.364	(24.875)	77.884
Amortização									
01 de janeiro de 2016	7.912	19.678	-	-	-	-	-	-	27.590
Aquisição controlada	-	3.834	-	101	-	-	-	-	3.935
Adições	-	1.443	-	3	19	267	-	-	1.732
31 de dezembro de 2016	7.912	24.955	-	104	19	267	-	-	33.257
Aquisição controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	1.847	-	13	77	960	-	-	2.897
31 de dezembro de 2017	7.912	26.802	-	117	96	1.227	-	-	36.154
Valor líquido contábil									
31 de dezembro de 2016	39.336	57.788	20	234	788	8.814	28.700	(24.875)	44.291
31 de dezembro de 2017	39.336	59.921	71	247	865	9.110	29.364	(24.875)	41.730

Controladora

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	Gastos com softwares (b)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
01 de janeiro de 2016	31.424	23.041	-	(24.875)	29.590
Adições	-	-	1.079	-	1.079
Transferências	-	1.059	(1.059)	-	-
31 de dezembro de 2016	31.424	24.100	20	(24.785)	30.669
Adições	-	-	264	-	264
Transferências	-	213	(213)	-	-
31 de dezembro de 2017	31.424	24.313	71	(24.785)	30.933
Amortização					
01 de janeiro de 2016	7.912	19.678	-	-	27.590
Adições	-	1.235	-	-	1.235
31 de dezembro de 2016	7.912	20.913	-	-	28.825
Adições	-	1.055	-	-	1.055
31 de dezembro de 2017	7.912	21.968	-	-	29.880
Valor líquido contábil					
31 de dezembro de 2016	39.336	45.013	20	(24.785)	1.844
31 de dezembro de 2017	39.336	46.281	71	(24.785)	1.053

- (a) Referem-se aos gastos com desenvolvimento relativos aos projetos NGN e SOC-MSS:O projeto NGN refere-se ao desenvolvimento e “tropicalização” das soluções de dois fornecedores principais para as chamadas redes de nova geração (NGN) baseadas no protocolo IP para substituição das redes tradicionais TDM de voz que começam a entrar em “phasing out”. o projeto MSS refere-se ao desenvolvimento dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS) e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC) para habilitação da Companhia a ofertar para o mercado local serviços de segurança para gerenciar e/ou monitorar redes de dados e infra-estruturas de segurança. Serviços a serem ofertados incluem: Firewalls gerenciados, serviços de VPN, serviços gerenciados de detecção de invasões, prevenção gerenciada de invasões, entre outros.
- (b) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2017 e 2016, razão pela qual a provisão foi mantida.

18 Empréstimos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131) (Nota 13)	88.608	7.110	88.557	5.815
Total circulante	88.608	7.110	88.557	5.815
Empréstimos bancários	8.612	-	-	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131) (Nota 13)	40.765	117.765	40.765	117.765
Financiamentos	-	107	-	-
Total não circulante	49.377	117.872	40.765	117.765

Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2017, R\$ 129.322 referem-se a empréstimos em moeda estrangeira captados em 2016 junto a sua matriz NEC Corporation, na modalidade Lei 4131.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Consolidado
				2017
Empréstimos bancários	115%	CDI	2019	8.662
Empréstimos (Nota 13)	11,4% a 1,9% a.a.	10,4% a 1,7% a.a.	Libor + IR+Spread	2018/2019/2020/2021
Total empréstimos bancários moeda nacional				129.323
				137.985
Natureza do Empréstimo	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Consolidado
				2016
Empréstimos bancários (conta garantida)	19,99% a 27,42%		2016	761
Financiamentos			2016	107
Total empréstimos bancários moeda nacional				868
Empréstimo em moeda estrangeira	US\$+1,48% a 4,6% a.a.	Libor + IR+Spread	2017/2018/2019	124.114
Total empréstimos moeda estrangeira				124.114
Total empréstimos				124.982

	Moeda	Taxa de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	Controladora	
					2017	2016
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	BRL	11,4% a 1,9% a.a. 10,4% a 1,7% a.a.	Libor + IR + Spread	2018/2019/2020/2021	129.322	123.580
					<u>129.322</u>	<u>123.580</u>

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

	Consolidado						
	2017						
	2016	Adições			Baixas		
	Saldo inicial	Captações principal	Variação Cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários	1.295	17.221	178	397	(10.175)	(254)	8.662
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	123.580	-	-	15.174	-	(9.431)	129.323
Financiamentos	107	-	-	-	(107)	-	-
	<u>124.982</u>	<u>17.221</u>	<u>178</u>	<u>15.571</u>	<u>(10.282)</u>	<u>(9.685)</u>	<u>137.985</u>

	Controladora						
	2017						
	2016	Adições			Baixas		
	Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (conta garantida)	-	8.620	-	-	(8.620)	-	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	123.580	-	-	15.174	-	(9.432)	129.322
	<u>123.580</u>	<u>8.620</u>	<u>-</u>	<u>15.174</u>	<u>(8.620)</u>	<u>(9.432)</u>	<u>129.322</u>

19 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
No País	38.015	25.957	32.963	23.415
No exterior	14.968	24.525	14.968	24.519
Partes relacionadas (Nota 13)	28.775	33.001	28.852	33.001
Provisão de custos	<u>28.299</u>	<u>33.195</u>	<u>28.299</u>	<u>33.195</u>
Total circulante	<u>110.057</u>	<u>116.678</u>	<u>105.082</u>	<u>114.130</u>

A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal.

O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (*Project Management*) ou BCM (*Business Control Management*) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis.

20 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	Consolidado		
	2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	27.607	(13.860)	13.747
Previdenciários	3.054	(511)	2.543
Trabalhistas	4.250	(1.191)	3.059
Cíveis	496	-	496
	35.407	(15.562)	19.845
	Consolidado		
	2016		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	26.861	(12.889)	13.972
Previdenciários	2.980	(483)	2.497
Trabalhistas	6.108	(1.278)	4.830
Cíveis	455	-	455
	36.404	(14.650)	21.754

Controladora				
2017				
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias	27.607	(13.860)	13.747	13.796
Previdenciários	3.054	(511)	2.543	2.497
Trabalhistas	4.070	(1.076)	2.994	4.601
Cíveis	496	-	496	455
	35.227	(15.447)	19.780	21.349

Controladora				
2016				
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias	26.685	(12.889)	13.796	13.133
Previdenciários	2.980	(483)	2.497	2.437
Trabalhistas	5.879	(1.278)	4.601	5.271
Cíveis	455	-	455	459
	35.999	(14.650)	21.349	21.300

Movimentação dos processos no exercício

Consolidado							
2016							
	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Provisão para contingências							
Tributárias	26.861	8.285	(4.898)	-	(2.641)	-	27.607
Previdenciários	2.980	74	-	-	-	-	3.054
Trabalhistas	6.108	5.001	(2.570)	-	(4.289)	-	4.250
Cíveis	455	496	(4)	-	(451)	-	496
	36.404	13.856	(7.472)	-	(7.381)	-	35.407
Depósitos judiciais							
Tributárias	(12.889)	(1.031)	-	-	-	60	(13.860)
Previdenciários	(483)	(28)	-	-	-	-	(511)
Trabalhistas	(1.278)	(721)	-	30	-	778	(1.191)
	(14.650)	(1.780)	-	30	-	838	(15.447)
	21.754	12.076	(7.472)	30	(7.381)	838	19.845

Controladora							
	2016			2017			
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	26.685	8.285	(4.898)	-	(2.465)	-	27.607
Previdenciários	2.980	74	-	-	-	-	3.054
Trabalhistas	5.879	4.821	(2.570)	-	(4.060)	-	4.070
Cíveis	455	496	(4)	-	(451)	-	496
	<u>35.999</u>	<u>13.676</u>	<u>(7.472)</u>	<u>-</u>	<u>(6.976)</u>	<u>-</u>	<u>35.227</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(12.889)	(1.031)	-	-	-	60	(13.860)
Previdenciários	(483)	(28)	-	-	-	-	(511)
Trabalhistas	(1.278)	(608)	-	32	-	778	(1.076)
	<u>(14.650)</u>	<u>(1.667)</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>838</u>	<u>(15.447)</u>
	<u>21.349</u>	<u>12.009</u>	<u>(7.472)</u>	<u>32</u>	<u>(6.976)</u>	<u>838</u>	<u>19.780</u>

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhistas com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2017.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável

Processos tributários

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R\$ 14.079 (R\$ 13.539 em 2016), sendo que o principal processo é relacionado com a finalidade de assegurar o direito de não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 13.527 (R\$ 13.146 em 2016), sendo que o principal processo é relativo à demanda que possui como objeto pleitos do Município de Salvador, que exige o recolhimento do ISS sobre serviços de gerenciamento de obras realizadas no referido Município, e gerenciadas pela filial da Companhia situada em Guarulhos-SP.
- **Processos previdenciários** - Relacionam-se em sua maioria a ações para discutir a incidência das contribuições previdenciárias (INSS) sobre mão de obra terceirizada, totalizando R\$ 3.054 (R\$ 2.980 em 2016).
- **Processos trabalhistas** - A Companhia se defende em 64 processos trabalhistas com risco de perda provável (62 em 2016), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 4.048 (R\$ 5.870 em 2016). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.
- **Processos cíveis** - A Companhia figura no polo passivo de processos cíveis, de valores individualmente não significativos, propostos por fornecedores e clientes para discussão de valores devidos por serviços prestados e/ou fornecimento de bens. Para esses processos a Companhia registrou provisão de R\$ 496 (R\$ 455 em 2016), com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos com risco de perda possível:

- **Processos com risco de perda possível** - Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:
 - (i) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2017 é R\$ 409 milhões (R\$ 387 milhões em 2016).

Processos com risco de perda remoto

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

- (i) Auto de Infração emitido em dezembro de 2011, cujo valor atualizado até dezembro de 2016 é R\$ 202.800, objetivando o recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, ocorridos, em sua grande maioria, anteriormente ao ano de 2000. A Companhia defendeu-se na esfera administrativa, com primeira decisão favorável no ano de 2012, decisão esta que foi mantida em segunda instância administrativa. Com a decisão da PGFN de não apresentação de Recurso Especial, o processo foi definitivamente encerrado em favor da Companhia, sem o pagamento de qualquer importância.

Auto de Infração emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 2011, cujo valor atualizado em dezembro de 2016 é R\$ 363.679, relativo a operações de importação por conta e ordem de terceiros, nas quais a empresa comercial importadora, estabelecida no Espírito Santo, realizou desembaraço aduaneiro e promoveu entrada física de mercadorias em território capixaba. A Administração entende que os créditos tributários de ICMS que embasaram a atuação fiscal estão extintos pelo Decreto 56.045/2010, entendimento este que foi confirmado pelo Tribunal de Impostos e Taxas. Em 2017, esta posição transitou em julgado e o processo foi definitivamente encerrado em favor da Companhia, sem o pagamento de qualquer importância.

Auto de Infração emitido pela Municipalidade de Itaquaquecetuba, no valor atualizado de R\$ 343.534 (R\$ 147.836 em 2016), que tem como objeto a cobrança de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da companhia se baseia na alegação de decadência e que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão. O valor do processo judicial foi recalculado pela Companhia no ano de 2017, adequando a forma e metodologia de cálculo aos índices e instruções da Municipalidade de Itaquaquecetuba, ainda que este índice, método de aplicação de atualização monetária e juros seja de constitucionalidade duvidosa. Nos anos anteriores, a Companhia limitava a atualização monetária e juros ao índice SELIC, conforme Arguição de Inconstitucionalidade nº 0170909-61.2012.8.26.0000, julgada pelo E. TJ-SP.

b. Garantias e cartas fiança

A Controladora contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Tipo de garantia	Controladora					
	2017			2016		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	35.627	5.846	41.473	33.324	5.874	39.198
Cheque caução	-	26	26	-	20	20
Seguro garantia	467.840	170	468.010	451.871	267	452.138
Total	503.467	6.042	509.509	485.195	6.161	491.356

c. Outras provisões

	Consolidado/Controladora	
	2017	2016
Provisão sobre royalties	1.587	1.710
Provisão gastos com garantias (i)	390	399
Provisão contrato oneroso (ii)	155	155
Provisão de ISS	1.071	1.599
Total circulante	3.203	3.863
Provisões - honorários (iii)	5.227	5.384
Provisão gastos com garantias (i)	675	679
Total não circulante	5.902	6.063

(i) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos. A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2017, durante os anos de 2018 e 2019.

(ii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens, que constituíam risco de gastos, e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.

(iii) Provisões - honorários

Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício

	Consolidado / Controladora				
	2016	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
			Utilização	Reversões	
Provisão sobre royalties	1.710	676	(87)	(712)	1.587
Provisão gastos com garantias	399	130	(139)	-	390
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Outros	1.599	-	-	(528)	1.071
	<u>3.863</u>	<u>806</u>	<u>(226)</u>	<u>(1.240)</u>	<u>3.203</u>
Circulante					
Provisões - honorários	5.384	3.417	(1.943)	(1.631)	5.227
Provisão gastos com garantias	679	143	(147)	-	675
	<u>6.063</u>	<u>3.560</u>	<u>(2.090)</u>	<u>(1.631)</u>	<u>5.902</u>
Não circulante					

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 328.282, e está representado por 618.075 (403.618 em 2015) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

Durante o ano de 2016 a Companhia recebeu aumentos de capital de sua controladora NEC Corporation conforme demonstrado abaixo:

- Em 01 de agosto de 2016 aumento de capital de R\$ 110.000 com emissão de 207.104 ações ordinárias;
- Em 29 de novembro de 2016 aumento de capital de R\$ 1.388 com emissão de 2.613 ações ordinárias;
- Em 12 de dezembro de 2016 aumento de capital de R\$ 2.517 com emissão de 4.740 ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2017, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2015) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Reserva de capital

Em 2016, foi reconhecido o valor de R\$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, de cuja Companhia adquiriu o controle de 75% do capital em 03 de outubro de 2016.

d. Participação dos sócios não controladores

A tabela a seguir resume as informações da controlada da Companhia, a qual tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

31 de dezembro de 2017

<i>Em milhares de Reais</i>	Nec Soluções de Segurança Cibernática S.A.
Percentual dos não controladores	25%
Ativo não circulante	11.318
Ativo circulante	17.991
Passivo não circulante	(12.933)
Passivo circulante	(16.394)
Ativos líquidos	(18)
Ativos líquidos não atribuíveis aos não controladores	(5)

22 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	198.436	262.715	198.436	262.715
Serviços prestados	259.824	285.029	232.958	278.965
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(86.875)	(105.022)	(83.929)	(104.326)
Devoluções e abatimentos	(2.975)	(10.741)	(2.975)	(10.741)
Receita operacional	368.410	431.981	344.490	426.613

23 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Custo da mercadoria vendida	(107.584)	(127.613)	(100.295)	(125.598)
Custos com pessoal (Nota 25)	(50.867)	(49.413)	(42.546)	(48.774)
Depreciação e amortização	(5.229)	(6.291)	(5.229)	(6.291)
Serviços de terceiros e outros	(98.051)	(133.753)	(97.576)	(133.072)
	(261.731)	(317.070)	(245.646)	(313.735)

24 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fretes	(7.348)	(5.922)	(7.348)	(5.922)
Adição(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.560)	633	(1.560)	633
Royalties	(1.482)	(2.144)	(1.482)	(2.144)
Comissões sobre vendas	(72)	(23)	(72)	(23)
(Ganhos) perdas com encerramento de contratos	(5.319)	(1.588)	(5.319)	(1.588)
Total	(15.781)	(9.044)	(15.781)	(9.044)

25 Despesas com pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ordenados e salários	(61.736)	(56.249)	(51.765)	(53.738)
Contribuições compulsórias para previdência social	(16.787)	(16.922)	(14.977)	(16.733)
Provisões 13º salário e férias	(7.009)	(9.454)	(5.174)	(8.918)
Encargos assistenciais	(11.842)	(10.732)	(10.975)	(10.519)
Despesas encargos sociais (FGTS)	(9.533)	(7.615)	(8.615)	(7.386)
Honorários da administração	(2.114)	(2.375)	(2.114)	(2.215)
Outros proventos	(10.773)	(5.021)	(10.035)	(4.815)
	(119.794)	(108.368)	(103.655)	(104.324)

Na controladora, do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 42.546 (R\$ 48.774 em 2016) foram incluído no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R\$ 61.109 (R\$ 55.550 em 2016) nas despesas administrativas e gerais.

26 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal (Nota 25)	(68.928)	(57.579)	(61.109)	(55.550)
Serviços de terceiros	(13.064)	(13.878)	(11.709)	(13.542)
Serviço de software	(120)	(8)	-	-
Gastos gerais:				
Ocupação - imóveis	(4.521)	(3.722)	(3.283)	(3.414)
Viagens	(3.844)	(3.439)	(3.664)	(3.361)
Processamento de dados	(3.210)	(3.221)	(3.210)	(3.221)
Comunicações	(735)	(727)	(577)	(689)
Impostos, taxas e contribuições	(1.471)	(842)	(931)	(808)
Veículos	(869)	(750)	(869)	(750)
Água, luz e gás	(844)	(937)	(774)	(923)
Depreciação/Amortização	(3.400)	(2.617)	(2.167)	(2.205)
Recuperação de gastos	11.257	18.660	11.257	18.660
Outros	(4.589)	(3.997)	(3.900)	(3.793)
	(94.338)	(73.057)	(80.936)	(69.596)

27 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Reversão provisão para contingências	4.750	2.821	4.521	1.944
Outros	113	1.609	13	440
	4.863	4.430	4.534	2.384

b. Outras despesas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com reestruturação (<i>lay-off</i>)	-	(1)	-	(1)
Despesa provisão para contingências	(11.618)	(5.822)	(11.508)	(5.314)
Outros	(7.330)	(4.076)	(5.216)	(3.000)
	(18.948)	(9.899)	(16.724)	(8.315)

28 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	-	712	-	708
Variações cambiais ativas	716	21.527	845	21.589
Variações monetárias ativas	4.349	4.055	4.349	4.055
Juros sobre aplicações financeiras	2.467	3.027	2.318	2.685
Descontos financeiros obtidos	4.019	-	33	-
Outros	2.008	1.608	1.315	1.605
	13.559	30.929	8.860	30.642
Despesas financeiras				
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(4.162)	(35.953)	(4.093)	(35.949)
Variações cambiais passivas	8	-	-	-
Variações monetárias passivas	(3.046)	(9.920)	(3.046)	(9.920)
Juros	(17.148)	(11.542)	(15.321)	(11.452)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(825)	5.179	(825)	5.179
Comissão decorrente de operação de cessão de crédito sem direito de regresso	(646)	(1.883)	(646)	(1.883)
Outros	(2.546)	(3.786)	(2.095)	(3.730)
	(28.365)	(57.905)	(26.026)	(57.755)
Resultado financeiro	(14.806)	(26.976)	(17.166)	(27.113)

(i) Os valores de 2017 e 2016 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

29 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Controladora
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2017	1.504.020
Base negativa de contribuição social	1.553.755
	Controladora
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2016	1.486.111
Base negativa de contribuição social	1.535.845

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.105.838 (R\$ 1.110.579 em 2016) e R\$ 1.123.114 (R\$ 1.127.855 em 2016) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

30 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e

- Risco de taxa de câmbio.
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		
	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e bancos	7	2.644	8.413
Aplicações financeiras	7	19.430	14.328
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	8	198.285	236.649
Arrendamento mercantil a receber	9a	6.521	9.863
Outros créditos		7.647	9.441
		234.527	278.694
	Controladora		
	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e bancos	7	2.288	7.371
Aplicações financeiras	7	18.891	11.507
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	8	196.885	233.829
Arrendamento mercantil a receber	9a	6.521	9.863
Outros créditos		6.856	8.803
		231.441	271.373

O vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	Consolidado			
	2017		2016	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	56.059	-	59.271	-
Vencidos até 30 dias	25.015	-	57.720	(2)
Vencidos entre 31-90 dias	51.092	-	43.641	(11)
Vencidos entre 91-180 dias	57.636	-	28.319	(57)
Vencidos entre 181 - 365 dias	6.152	-	30.441	(230)
Vencidos há mais de um ano	20.362	(3.863)	40.431	(3.570)
Total	216.316	(3.863)	259.823	(3.870)

	Controladora			
	2017		2016	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	54.055	-	56.081	-
Vencidos até 30 dias	24.924	-	57.544	(2)
Vencidos entre 31-90 dias	51.076	-	43.606	(11)
Vencidos entre 91-180 dias	57.558	-	28.262	(57)
Vencidos entre 181 - 365 dias	6.152	-	30.441	(230)
Vencidos há mais de um ano	20.360	(3.863)	40.431	(3.570)
Total	214.125	(3.863)	256.365	(3.870)

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar na Controladora, para os negócios não *Carriers*, é de acordo com o período de vencimento do título, sendo até 360 dias, um percentual de 0%; acima de 361 dias até 540 dias, um percentual de 50% e acima de 541 dias, 100% de provisionamento. Para os negócios *Carriers*, as contas a receber de clientes em atraso a provisão é constituída com base no tipo de contrato e análise de riscos envolvidos.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Controladora	
	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	3.870	15.943
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(7)	(12.073)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-
Saldo em 31 de dezembro	3.863	3.870

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

Consolidado							
2017							
Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Fornecedores	19	110.057	110.057	91.102	18.955	-	-
Empréstimos	18	137.985	173.268	63.120	52.223	39.582	18.343
Adiantamentos e créditos de clientes		907	907	811	96	-	-
Outras contas a pagar		1.707	1.707	1.707	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	9b	246	246	60	66	120	-
		<u>250.902</u>	<u>286.185</u>	<u>156.800</u>	<u>71.340</u>	<u>39.702</u>	<u>18.343</u>
Consolidado							
2016							
Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Fornecedores	19	116.678	116.678	107.980	8.668	30	-
Empréstimos	18	124.982	160.265	15.843	543	94.617	49262
Adiantamentos e créditos de clientes		1.835	1.835	1.656	83	96	-
Outras contas a pagar		15.147	15.148	15.127	19	2	-
Arrendamento mercantil a pagar	9b	351	351	48	57	126	120
		<u>258.993</u>	<u>294.277</u>	<u>140.654</u>	<u>9.370</u>	<u>94.871</u>	<u>49.382</u>
Controladora							
2017							
Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Fornecedores		105.082	105.082	86.128	18.954	-	-
Empréstimos		129.322	164.605	63.120	52.223	30.919	18.343
Adiantamentos e créditos de clientes		769	769	769	-	-	-
Outras contas a pagar		1.530	1.530	1.530	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar		246	246	60	66	120	-
		<u>236.949</u>	<u>272.232</u>	<u>151.607</u>	<u>71.243</u>	<u>31.039</u>	<u>18.343</u>

Controladora							
2016							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	19	114.130	114.130	105.463	8.667	-	-
Empréstimos	18	123.580	158.863	15.246	-	94.355	49.262
Adiantamentos e créditos de clientes		1.600	1.600	1.600	-	-	-
Outras contas a pagar		15.054	15.054	15.054	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	9b	351	351	48	57	126	120
		254.715	289.998	137.411	8.724	94.481	49.382

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	Consolidado	
	USD (000)	
	2017	2016
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	10	23
Contas a receber (partes relacionadas)	75	-
Estoques - importação em trânsito	752	246
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	-	8
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	150	105
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	-	-
Fornecedores com exposição em dólar (nacional)	-	-
Fornecedores (exterior)	(4.195)	(7.187)
Fornecedores (partes relacionadas)	(8.657)	(10.145)
Exposição líquida	(11.865)	(16.950)

	Controladora	
	USD (000)	
	2017	2016
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	10	23
Contas a receber (partes relacionadas)	75	-
Estoques - importação em trânsito	752	246
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	-	8
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	150	105
Fornecedores (exterior)	(4.195)	(7.187)
Fornecedores (partes relacionadas)	(8.657)	(10.143)
Exposição líquida	(11.865)	(16.948)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, o vencimento desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 3,3080 idêntica à taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 4,1350 e R\$ 4,9620 para risco de aumento da cotação da moeda. Já para o risco de efeito da proteção do dólar futuro, a taxa do cenário provável foi diminuída em 25% e 50% para os cenários A e B respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 2,4541 e R\$ 1,6361.

			Consolidado		
			Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Moeda	Exposição em USD (000) Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	11.865			
		Aumento da cotação do USD	-	9.812	19.625
Contratos de dólar futuro	USD	10.500			
		Efeito da proteção do dólar futuro	-	8.589	17.179
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	-			
		Efeito da proteção dos swaps	-	-	-
		Efeito total no resultado	-	18.401	36.804

			Controladora		
			Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Moeda	Exposição em USD (000) Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	11.865			
		Aumento da cotação do USD	-	9.812	19.625
Contratos de dólar futuro	USD	10.500			
		Efeito da proteção do dólar futuro	-	8.589	17.179
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	-			
		Efeito da proteção dos swaps	-	-	-
		Efeito total no resultado	-	18.401	36.804

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

		Controladora			
		Valor de referência		Valor justo	
		(USD mil)		(R\$ mil)	
		2017	2016	2017	2016
Contratos futuros					
NDF's vencimento 02/01/2018		10.500	17.000	377	2.905

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Controladora auferiu perdas de R\$ 4.093 (perdas líquidas de R\$ 35.241 em 2016) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 28).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

	Consolidado	
	2017	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	19.430	19.430
Outros investimentos	5	5
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	2.644	2.644
Contas a receber de clientes	198.205	198.205
Arrendamento mercantil a receber	6.521	6.521
Outros créditos	7.647	7.647
	<u>234.452</u>	<u>234.452</u>
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	137.985	137.985
Fornecedores	110.057	110.057
Adiantamentos e crédito de clientes	907	907
Outras contas a pagar	1.707	1.707
Arrendamento mercantil a pagar	246	246
	<u>250.902</u>	<u>250.902</u>
Consolidado		
2016		
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	14.328	14.328
Outros investimentos	5	5
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	8.413	8.413
Contas a receber de clientes	236.649	236.649
Arrendamento mercantil a receber	9.863	9.863
Outros créditos	9.441	9.441
	<u>278.699</u>	<u>278.699</u>
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	124.982	124.982
Fornecedores	116.678	116.678
Adiantamentos e crédito de clientes	1.835	1.835
Outras contas a pagar	15.147	15.147
Arrendamento mercantil a pagar	351	351
	<u>258.993</u>	<u>258.993</u>

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017

Controladora		
2017		
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	18.891	18.891
Outros investimentos	5	5
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	2.288	2.288
Contas a receber de clientes	196.885	196.885
Arrendamento mercantil a receber	6.521	6.521
Outros créditos	6.856	6.856
	231.446	231.446
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	129.322	129.322
Fornecedores	105.082	105.082
Adiantamentos e crédito de clientes	769	769
Outras contas a pagar	1.529	1.529
Arrendamento mercantil a pagar	247	247
	236.949	236.949

Controladora		
2016		
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	11.507	11.507
Outros investimentos	5	5
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	7.371	7.371
Contas a receber de clientes	233.829	233.829
Arrendamento mercantil a receber	9.863	9.863
Outros créditos	8.803	8.803
	271.378	271.378
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	123.580	123.580
Fornecedores	114.130	114.130
Adiantamentos e crédito de clientes	1.600	1.600
Outras contas a pagar	15.054	15.054
Arrendamento mercantil a pagar	351	351
	254.715	254.715

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

Consolidado			
2017			
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	-	19.430	-
Outros investimentos	-	5	-
Total	-	19.435	-
Consolidado			
2016			
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	-	14.328	-
Outros investimentos	-	5	-
Subtotal	-	14.333	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(2.905)	-
Total	-	(2.905)	-
Controladora			
2017			
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	-	18.891	-
Outros investimentos	-	5	-
Subtotal	-	18.896	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(377)	-
Total	-	(377)	-
Controladora			
2016			
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	-	11.507	-
Outros investimentos	-	5	-
Subtotal	-	11.512	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(2.905)	-
Total	-	(2.905)	-

31 Eventos subsequentes

Empréstimos

Durante o primeiro trimestre de 2018 a Companhia realizou a captação de R\$ 25.000 de empréstimo para financiamento de seu capital de giro. A taxa de juros deverá significar a taxa fixa de 0,4810% (quatrocentos e oitenta e um centésimos por cento) ao ano.

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Conselho de Administração

Toshiya Matsui
Presidente do Conselho de Administração

Masazumi Takata
Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Masakazu Yamashita
Conselheiro

Yutaka Matsushita
Conselheiro

Hiroya Nakata
Conselheiro

Matsuura Shigeru
Conselheiro

Mayuko Kayoiji
Conselheiro

Hiroyuki Sekizawa
Conselheiro

Masazumi Takata
Conselheiro

Diretoria

Masazumi Takata
Presidente

Eiji Seki
Vice-Presidente Econômico e Financeiro

Hiromi Furumoto
Vice-Presidente Executivo

Masazumi Takata
Diretor Geral das Operações Brasil

Controladoria

Adriano Zaccari Fortuna
Diretor Financeiro

Flávio Hirata
Controller

Hiromi Furumoto
Contador - CRC/SP 120033